

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 26 de outubro de 2019, na cerimónia de tomada de posse do XXII Governo, o primeiro ministro António Costa informou que o governo se compromete a cessar toda a produção da Central de Sines em setembro de 2023 com vista a prosseguir com o objetivo de descarbonização da economia portuguesa.

As alterações climáticas e o aquecimento global são, hoje, dos principais desafios a que a humanidade tem de responder. O tempo para impedir que o aquecimento global se torne irreversível está a esgotar-se rapidamente e as consequências serão devastadoras se não alcançarmos esse objetivo. Assim, a descarbonização da economia portuguesa é importante e deve ser concretizado em articulação com os vários setores da economia e em particular com os trabalhadores e trabalhadoras.

Em comunicado à imprensa também de 26 de outubro, o Sindicato das Indústrias, Energia e Águas de Portugal questionava a falta de contacto prévio com os trabalhadores sobre este processo. Sendo certo que todos os envolvidos admitem a importância da descarbonização da economia, a falta de articulação com centenas de trabalhadores num processo deste género não é aceitável.

Falamos, no caso da Central de Sines, de muitos trabalhadores com vínculo à EDP Produção, mas também de centenas de trabalhadores com vínculos precários a empresas subcontratadas. Se o fecho da central não for acompanhado de medidas de efetivo enquadramento sócio profissional, poderá gerar uma situação grave do ponto de vista social para a região, com especial impacto nos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém.

Para evitar a simples eliminação de postos de trabalho, sobretudo no caso das empresas prestadoras de serviços, este tipo de processos deve ocorrer de forma articulada e em diálogo prévio com os representantes dos trabalhadores, o que até agora não sucedeu.

Já em fevereiro de 2020 o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reuniu com o Sindicato das

Indústrias, Energias e Águas de Portugal, que deu nota de que têm existido reuniões com o Secretário de Estado da Energia, com as Câmaras Municipais dos municípios que serão diretamente afetados, mas ainda num clima de muita incerteza.

É de notar que o Orçamento do Estado prevê “*Transferência de uma verba de € 100 000 do orçamento do Fundo Ambiental para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., com vista à elaboração de um estudo para definição das necessidades de requalificação dos trabalhadores das centrais a carvão do Pego e de Sines, decorrente da antecipação do encerramento das centrais*”.

Sendo esta opção positiva e um sinal de alguma esperança para os trabalhadores, a verdade é que não se sabe nada dos planos do IEFP para a requalificação destas pessoas. Na verdade, e segundo relatos do próprio sindicato, os problemas surgem desde já (com trabalhadores a serem dispensados aos poucos fruto da redução gradual da operação da central), sendo necessário ter um plano bem delineado e pensado para que não se corra o risco de chegar a 2023 e ainda nada estar preparado.

Tudo isto deixa, obviamente, os trabalhadores e suas famílias numa situação de expectativa e indecisão grande, que não é benéfica e deve ser evitada a todo o custo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. De que forma a verba de 100 000€ do Fundo Ambiental ara o IEFP vai ser utilizado na requalificação dos trabalhadores da Central Termoelétrica de Sines? Quais são os prazos que o governo e o IEFP têm para apresentação de propostas e para iniciar o referido processo de requalificação?
2. Que articulação está a ser tida entre Câmaras Municipal, Governo e IEFP para antecipar, desde já, os despedimentos que estão a ocorrer na Central Termoelétrica de Sines e para auxiliar estes trabalhadores?
3. Em resposta, datada de 14/01/2020, à Pergunta n.º 20/XIV/1.ª, de 11 de novembro de 2019, colocada pelo Grupo Parlamentar do BE, o Ministro do Ambiente e Ação Climática indicou que “estão a ser avaliadas tanto a possibilidade de promover a reciclagem e a utilização dos equipamentos, bem como novos projetos à escala industrial, como o caso da produção de hidrogénio verde e fábrica de baterias, que, tendo uma implantação potencial junto dos locais onde se situam as atuais centrais a carvão, poderão absorver uma parte significativa dos seus trabalhadores”. Que balanço fazem destas hipóteses e quantos trabalhadores poderão ser abrangidos por estes projetos? Existem postos de trabalho alternativos passíveis de ser ocupados pelos trabalhadores da Central? Quantos trabalhadores poderão ser abrangidos?

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

SANDRA CUNHA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.